

289ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMPUR
24 DE FEVEREIRO DE 2022

No dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às nove horas, o Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR, reunido virtualmente por meio da plataforma de videoconferência *Google Meet*, conforme condições determinadas pela Portaria SMPU Nº 21/2020, e no pleno exercício de suas atribuições, instituídas pela Lei Municipal nº 11.181, de 08 de agosto de 2019, teve sua ducentésima octogésima nona (289ª) sessão Ordinária aberta pelo Vice-presidente do COMPUR, Conselheiro José Júlio Rodrigues Vieira. A sessão foi oficialmente iniciada face ao quórum obtido e contou com a presença dos Conselheiros Titulares: José Júlio Rodrigues Vieira, Raquel Guimarães Silva, Jean Mattos Duarte, Rogério Carvalho Silva, Andrea Scalon Afonso, Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni Grossi, Thaís Braga Melgaço de Moraes, Vereador Bráulio Lara, Marcelo Franco Porto, Augusto Diniz de Ulhoa Cintra Schmidt, Benedita Dias dos Santos Souza, Fernando Santana da Silva, Leirson Arnes Cunha e Esterlino Luciano Campos Medrado. Estiveram presentes, também, os seguintes Conselheiros Suplentes: Laura Rennó Tenenwurcel, Ana Paula Chaves Lemos, Rodrigo Nunes Ferreira, Elisabete de Andrade, Margareth Ferraz Trindade, Hécio Neves da Silva Jr.

1. Informes e manifestações gerais: O conselheiro José Júlio deu início aos informes e manifestações gerais informando sobre o calendário de discussões temáticas que ocorrerão em meses alternados com os temas sugeridos inicialmente pela conselheira Consuelita. O conselheiro Ver. Bráulio Lara sugeriu a inclusão do tema sobre uso do espaço público no ciclo de discussões temáticas. O conselheiro José Júlio informou que finaliza naquela semana o prazo de inscrição nos FADs e eleições previstas para março. O conselheiro José Júlio informou também que SUMOB e COMURB estão em processo inicial de institucionalização e implantação, sendo que o prazo final de transferência de forma integral é de quinze anos. O conselheiro Augusto Schmidt pediu informações sobre a Conferência Municipal de Política Urbana e o conselheiro José Júlio informou que a previsão é que ele ocorra este ano e que a realização da mesma está dentro das atribuições do COMPUR, sendo assim, em breve será levado ao COMPUR esta discussão. Foi passada a palavra ao Diretor de Análise de Licenciamentos Urbanísticos Especiais, Isaac Medeiros, que apresentou o Portal de Dados da PBH (dados.pbh.gov.br), explicando de forma geral como se dá navegação pelo site e dando ênfase aos dados da SMPU relacionados ao licenciamento de empreendimento de impacto urbanístico. O conselheiro José Júlio concedeu a palavra à Thais Corrêa de Novaes, representante do Coletivo Cultural Noroeste BH, que explicou ao COMPUR a discussão que está ocorrendo sobre a futura destinação do terreno do Aeroporto Carlos Prates, terreno da união que está em leilão - falou sobre a importância da área, os possíveis impactos e usos do local e convidou os conselheiros a participarem das discussões. O conselheiro José Júlio pontuou então que, na hipótese de haver projeto de algum empreendimento a ser licenciado na área, ele provavelmente será levado ao COMAM - Conselho Municipal do Meio Ambiente, já que a área não possui lotes aprovados, sendo necessário que haja parcelamento do solo. O conselheiro Fernando Santana reforçou a ideia de discutir este assunto junto ao COMAM e pontuou que está sendo feita discussão sobre outra área da união que também está em leilão, onde seria um parque linear, no limite dos municípios de Belo Horizonte e Nova Lima. O conselheiro Fernando Santana perguntou sobre a ausência de resposta de alguns inscritos no processo de eleição dos FADs e o conselheiro José Júlio esclareceu que ainda há inscrições em análise e todos serão respondidos dentro do prazo. O conselheiro Fernando Santana falou sobre a importância das informações na base de dados da PBH estarem acessíveis e falou também sobre o formato das atas do COMPUR. O conselheiro José Júlio esclareceu que as atas estão resumidas e os vídeos completos das reuniões são de acesso público. O conselheiro Esterlino Luciano Campos Medrado solicitou a inclusão nas discussões

temáticas do tema sobre o impacto da nova lei de liberdade econômica. A conselheira Consuelita fez considerações sobre a importância das áreas da união que estão em leilão e a importância de se tratar este assunto nos conselhos COMPUR e COMAM. Foi dada palavra ao Ernani Ferreira Leandro, representante da Região Oeste, que pontuou a necessidade de se ouvir os moradores do entorno das áreas da união que estão em leilão.

2. Aprovação de Ata da 288ª Reunião Ordinária do COMPUR (27/01/2022). Não houve manifestações contrárias, a ata foi aprovada pelo Plenário. **3. Aprovação da Pauta.** O conselheiro José Júlio esclareceu sobre o item 4.1. Moção Conselheiro Fernando Santana - Ofício Paridade de Conselho, como no dia anterior à reunião o conselheiro Fernando Santana enviou novo ofício ao COMPUR com ponderações e questionamentos sobre o assunto, esse item será retirado de pauta para que o ofício recebido possa ser analisado e incluído na pauta da próxima reunião. O conselheiro José Júlio colocou então em votação a pauta da 289ª Reunião Ordinária do COMPUR, retirando da mesma o item 4.1, não houve manifestações contrárias, a pauta foi aprovada pelo Plenário. **4. Matéria: 4.2. Apresentação da URBEL e da SUFIS sobre ocupação em encostas.** O Diretor-Presidente da Urbel, Claudius Vinícius Leite Pereira, deu início à apresentação relatando as emergências climáticas e os impactos disso na cidade, principalmente para a população de baixa renda. Explicou também a atuação do Programa Estrutural em Área de Risco - PEAR, que tem como objetivo: diagnosticar, prevenir, monitorar, minimizar situações de risco geológico e geotécnico. Explicou também que a gestão articulada com as demais políticas é um traço do programa. Há o Grupo de Gestão de Redução de Desastres - GGRD, em que participam diferentes órgãos/setores da prefeitura, dentre eles fiscalização de controle urbano e ambiental, o meio ambiente, a SUDECAP, a BHTRANS, a saúde, a educação, a SLU. Também participam órgãos externos como Corpo de Bombeiro, Copasa, Cemig, as concessionárias que estão no anel rodoviário, do DER-MG. Essa gestão compartilhada está prevista na lei de defesa civil nacional. Destaca ainda o Núcleo de Defesa Civil - NUDEC, voltados para prevenção de risco geológico, e o Núcleo de Alerta de Chuva - NAC, voltado para trabalhos em áreas de risco, alagamento e inundação, focados no alerta, monitoramento e orientação em caso de chuvas fortes. Ambos formados por cidadãos com apoio da Urbel e da Defesa Civil. Destaca a importância dos trabalhos dos núcleos para a manutenção da confiança das famílias no Sistema Municipal de Defesa Civil, confiança necessária principalmente nos casos em que o risco leva à remoção, para que a família possa deixar o local sabendo que existe uma política que a ampara. Claudius explica que a gestão de risco na cidade perpassa as questões habitacionais e que, nesse sentido, há programas municipais que visam a provisão de infraestrutura e intervenções estruturais, provisão habitacional, remoção e indenização: Vila Viva, PROAS, Auxílio Pecuniário e Bolsa Moradia. O Plano Global Específico (PGE) é um mini plano diretor das vilas e dos aglomerados, que através de um planejamento construído com a participação com as famílias, há definição dos projetos, hierarquização das intervenções. Claudius finaliza sua apresentação com fotos das intervenções realizadas. O conselheiro Ver. Braulio pergunta se há mapeamento ou tabela de todos locais da cidade. Claudius esclarece que as AEIS e ZEIS estão previstas no Plano Diretor Municipal. Para as ZEIS há estudos elaborados que contemplam informações sobre áreas de risco. Para as AEIS, está sendo estruturada a política municipal de atuação e será licitado mapeamento dos riscos. O conselheiro Ver. Braulio pergunta como funciona a política de prevenção às novas ocupações urbanas. Claudius esclarece que a atuação da fiscalização é em áreas públicas e para atuar em áreas privadas demanda autorização judicial. Ressalta a importância da produção habitacional e o preço da terra para que seja possível atender o público de baixa renda, isso envolve os três entes federativos, município, estado e união. A conselheira Consuelita ressalta a importância de investir em soluções baseadas na natureza para minimizar os impactos das mudanças climáticas. O conselheiro Fernando Santana pontua que é necessário pensar as causas das ocupações urbanas e pensar estratégias conjuntas para lidar com a questão. Claudius esclarece a necessidade de ações integradas entres entes federativos e soluções diversificadas, não havendo possibilidade única e simples que abarcará e resolverá toda a complexidade dessa questão. Pontua a necessidade de financiamento, do preço da terra,

diversidade de soluções habitacionais e provisão de infraestrutura urbana com equipamento públicos e mobilidade urbana. O conselheiro Augusto Schmidt pergunta se é utilizado no planejamento o estudo de análise de vulnerabilidade climática de Belo Horizonte e como é tratada essa questão da modelagem climática para o futuro. Claudius esclarece que as metas de redução de famílias em áreas de risco são estabelecidas de acordo com dados e projeções dos estudos e mesmo com eventos pontuais de grande impacto como as chuvas de janeiro de 2020, as metas foram cumpridas. A conselheira Edneia discorre sobre a construção da política habitacional sob o ponto de vista da evolução da legislação, traz a discussão sobre o direito à cidade, sobre os avanços obtidos com programas como Minha Casa Minha Vida e PAC-Favelas. Pontua sobre a necessidade da política municipal de habitação se fortalecer e melhorar a destinação de recursos, para que se possa melhorar a abrangência. O conselheiro Renato Michel fala sobre o Projeto da Granja Werneck que atenderia população de baixa renda mas não foi executado devido à ocupação no local. Pontua a necessidade de se discutir habitação de interesse social com demais municípios da região metropolitana e traz que houve queda considerável de lançamento de empreendimentos habitacionais nos últimos anos. O conselheiro Irlan Melo questionou sobre ações da URBEL na Vila Bernadete, quais as medidas que estão sendo tomadas pela URBEL e pela Prefeitura para redução de riscos. Claudius esclareceu que as pessoas que permaneceram no local ficarão em segurança e que haverá revegetação da área para auxiliar no controle do risco e, em locais seguros, haverá instalação de áreas de lazer para a comunidade. Esclareceu ainda que próximo à Vila Bernadete estão ocorrendo novas expansões em áreas de domínio do DNIT e o órgão já foi notificado. O conselheiro Fernando Santana pergunta como o COMPUR pode contribuir com os debates e articulação entre todos os setores para lidar com as questões trazidas na neste debate. O conselheiro José Júlio esclarece que esta apresentação foi focada na questão dos riscos mas, que os assuntos tocados hoje, voltarão a ser discutidos em outras apresentações do ciclo de Discussões Temáticas que ocorrerão ao longo dessa gestão do COMPUR. Pontua também que poderá trazer ao Conselho informações sobre o Convênio Urbanístico que é uma, dentre outras soluções possíveis, para lidar com a questão da provisão habitacional. Traz também que, ainda que o tema esteja relacionado ao Conselho Municipal de Habitação, a discussão também pode ocorrer no COMPUR. Claudius encerra sua participação e dá-se início à apresentação da Subsecretaria de Fiscalização através da conselheira Raquel Guimarães Silva, que também é diretora de planejamento da fiscalização. A conselheira Raquel pontua que a gestão de risco das encostas é tratada de forma sistêmica e compartilhada entre os órgãos, o trabalho da fiscalização é complementar à partir dessas decisões tomadas em conjunto, de forma articulada e dos trabalhos preventivos que são realizados. Pontua também que fiscalizar tão somente não é a solução para essa temática. A conselheira Raquel esclarece a possibilidade de penalidades administrativas como forma de paralisar obras irregulares, movimentações de terra sem licenciamento, loteamentos irregulares e o desforço imediato nas áreas públicas. A conselheira Raquel esclarece que a fiscalização juntamente com a Secretaria de Segurança Pública, fazem o monitoramento das áreas públicas municipais para que se impeça novas ocupações em áreas públicas municipais. Foi esclarecido que outra frente de atuação da fiscalização são as ações educativas (educação ambiental e orientações) que envolvem a questão de risco geológico e da permeabilidade do solo. São realizadas operações para coibir a deposição clandestina de resíduos, como bota fora, que influenciam e interferem impactando positivamente nesse trabalho de controle e ordenamento para não possibilitar agravamento do risco nas encostas. Apresentadas informações sobre o Grupo de Controle e Monitoramento de Áreas Públicas - GCMA, que é um grupo intersetorial municipal, presidido pela Secretaria de Política Urbana, que possui reuniões periódicas, e trabalham de forma intersetorial e articulada, com o objetivo de monitorar as áreas públicas municipais. O conselheiro Fernando Santana pergunta sobre como os moradores podem ter acesso aos processos licenciamentos de forma on-line, pergunta também como se dá a fiscalização após o licenciamento do empreendimento. Por fim sugeriu que esses assuntos sejam tratados em uma segunda oportunidade. O conselheiro José Júlio explica que o acesso ao processo de

licenciamento de empreendimentos é limitado devido ao sigilo pois há informações pessoais dos requerentes. O conselheiro Ver. Bráulio reforça a necessidade de continuar o debate sobre fiscalização e explica que o munícipe deseja entender o que ocorre após a denúncia ser realizada. A conselheira Raquel sugere aos conselheiros Ver. Bráulio, Fernando Santana e Edneia que enviem suas dúvidas e questionamentos dos casos específicos para que possam ser esclarecidos pela SUFIS, devido ao horário avançado da reunião. A conselheira Elizabeth sugere a inclusão de tema no ciclo de debates das Discussões Temáticas com o tema “Política de Geração de Emprego e Renda e a localização dessas políticas”, pois considera um importante ponto que está relacionado à questão habitacional de interesse social. **5. Assuntos gerais.** Finalizadas as discussões e apresentações, o conselheiro José Júlio agradeceu a participação de todos e deu encerramento a reunião. ESTA REUNIÃO É GRAVADA E ESTÁ DISPONÍVEL, NA ÍNTEGRA, NA PÁGINA DO COMPUR ON-LINE.